

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUARIAL E
CONTABILIDADE
CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BSFEAC

EMPREGO E ROTATIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA NO CEARÁ NA
DÉCADA DE 80

Aluno: Daniel da Silva Nobre

Orientador: Antônio Lisboa Teles da Rosa

Fortaleza - Julho de 1995 - 1

**EMPREGO E ROTATIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA NO CEARÁ NA
DÉCADA DE 80**

ESFEAC

DANIEL DA SILVA NOBRE

**MONOGRAFIA SUBMETIDA AO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS COMO REQUISITO OBRIGATÓRIO PARA A
OBTENÇÃO DO DIPLOMA DE BACHAREL EM ECONOMIA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Fortaleza - Julho de 1995

MONOGRAFIA APROVADA EM 10 DE Julho DE 1995

Prof. António Lisboa Teles da Rosa
Orientador

Prof. Joana D'arc de Oliveira
Banca Examinadora

Prof. Carlos Américo Leite Moreira
Banca Examinadora

MÉDIA ESCRITA.....: _____, _____

MÉDIA APRESENTAÇÃO.....: _____, _____

FINAL: _____, _____

AGRADECIMENTOS

À DEUS,

Pela coragem que tem me dado para continuar lutando

À MINHA MÃE,

Francisca Maria da Silva Nobre, exemplo de luta e coragem

À VIVIANE,

Que muito me ajudou, incentivando e estimulando nos momentos de fraqueza.

AO PROFESSOR ANTÔNIO LISBOA TELES DA ROSA,

Pela atenção dispensada e excelentes orientações

EM ESPECIAL,

Ao meu amigo Vinicius e a todos os meus amigos.

SUMÁRIO

Introdução.....	06
Capítulo 1.....	08
Capítulo 2.....	15
Capítulo 3.....	26
Considerações Finais.....	36
Bibliografia.....	37

Introdução

A década de 80, para a economia brasileira, foi um período de crise de natureza estrutural, manifestada principalmente aos níveis econômico, social e político. O estopim desta crise aconteceu durante a década de 70, onde as estratégias para buscar o crescimento econômico, trouxeram reflexos desestabilizadores para a economia brasileira, tanto no plano externo como no interno. (Macedo, 1990)

A crise dos anos 80 teve uma repercussão profunda sobre o mercado de trabalho brasileiro e, em particular, naqueles estados onde o dinamismo econômico está atrelado às economias mais privilegiadas, tanto de recursos financeiros como de condições climáticas. O mercado de trabalho brasileiro teve que mostrar todo o seu dinamismo para que o impacto da crise não tivesse reflexos maiores e mais duradouros.

O mercado de trabalho cearense, por sua vez, com todas as suas dificuldades e limitações, absorveu os impactos da crise mostrando toda sua capacidade de dinamização. Este trabalho se propõe a mostrar os problemas enfrentados pelo mercado de trabalho cearense, durante a década de 80, ressaltando o emprego e a rotatividade da mão-de-obra.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. No Primeiro capítulo é mostrado os aspectos conceituais relacionados ao mercado de trabalho. O objetivo

deste capítulo é mostra ao leitor as principais características do mercado de trabalho, sua evolução e comportamentos durante os ciclos econômicos .

No capítulo 2 apresenta-se uma análise, breve da economia brasileira na década de 70 e, sua evolução nos anos 80. Os problemas de ajustamento econômico são relevados, tendo em vista suas consequências para o mercado de trabalho.

O capítulo 3, o cerne do trabalho, dedica-se à análise do comportamento do mercado de trabalho cearense, na década de 80. Estuda-se o comportamento da economia cearense e suas consequências para o mercado de trabalho.

O capítulo final apresenta as Considerações Finais.

Capítulo 1. CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho representa “o locus onde os trabalhadores e empresários se confrontam e, dentro de um processo de negociações coletivas que ocorre algumas vezes com a interferência do Estado, determinam conjuntamente os níveis de salários, as condições de trabalho e os demais aspectos relativos às relações entre capital e trabalho” (Chahad 1988, p.231).

Esse conceito de mercado de trabalho é equivalente ao que denominamos mercado formal de trabalho, que é caracterizado pelas relações contratuais do trabalho, objeto de legislação específica que as regula. Aqui se encontra os setores organizados da economia, com os trabalhadores melhores remunerados. É o setor dinâmico da economia em países em desenvolvimento como o Brasil.¹

De acordo com uma tendência de ordem mundial, as empresas multinacionais estarão concorrendo com as empresas nacionais, expandindo o setor formal. Mas, para que haja esta concorrência, é mister que as firmas nacionais apresentem boa qualidade de seus produtos e, a produtividade de seus trabalhadores seja aumentada. Para que isto ocorra é imprescindível a reestruturação produtiva das empresas, ocasionando uma redefinição funcional destas empresas. Com isso, passará a haver menor nível de hierarquização das funções que aumentará a rapidez dos processos de decisão. Como consequência, haverá uma preponderância de trabalhadores mais qualificados e a saída dos menos qualificados reforçando, assim, o exército de desempregados ou sendo absorvidos pelo setor informal.

Em contraposição ao mercado formal de trabalho, existe o chamado mercado informal de trabalho, caracterizado pela ausência do vínculo empregatício, de assalariamento e pelo caráter de auto-emprego. “A produção informal é

¹ Chama-se atenção que este problema afeta os países em desenvolvimento mais do que os países desenvolvidos.

entendida como conjunto de formas de organização da produção que não se baseia, para seu funcionamento, no trabalho assalariado. Ela ocupa os espaços econômicos, os interstícios não ocupados pelas formas de organização da produção capitalista, que estão, potencial ou efetivamente, a sofrer contínuos deslocamentos pela ação dessas últimas."(Chahad 1986, p.327)

As atividades informais caracterizam-se por uma diversidade de ocupações: trabalhadores por conta própria com certo nível de treinamento; pequenos prestadores de serviços; vendedores ambulantes; o serviço doméstico remunerado e até mesmo atividades desenvolvidas em microestabelecimentos de comércio, pequena transformação e serviços aí enquadrados. Esse setor absorve os indivíduos expulsos do mercado formal organizado e aqueles que, por não possuírem um nível de qualificação para o trabalho mínimo, não conseguiram entrar no setor formal.

A tendência do mercado informal é que ele cresça, devido a diversas razões como: redefinição funcional dos trabalhadores nas empresas; demissão dos trabalhadores menos qualificados ; crise econômica que vem promovendo o fechamento de inúmeras empresas; constante migração rural-urbana que traz para a cidade trabalhadores não-qualificados para o trabalho urbano. Apesar desse crescimento do setor informal, é o setor formal que determina os rumos da economia brasileira, pois concentra quase a totalidade dos recursos produtivos.

A importância do mercado de trabalho pode ser observada por várias óticas dentro da teoria econômica. Do ponto de vista microeconômico tradicional, este mercado constitui-se num caso particular da teoria dos preços, sendo imprescindível na determinação dos níveis de salário e emprego. Já do ponto de vista macroeconômico, ele contribui para compreensão da determinação do nível de demanda agregada, do produto e do emprego. E no que diz respeito a sua importância sócio-econômica, se formam inúmeras variáveis de profunda repercussão sobre o cotidiano dos trabalhadores, tais como salários (reais e

nominais), desemprego, rotatividade, além de determinadas condições de trabalho e de subsistência dos indivíduos.

A compreensão dos aspectos pertinentes ao mercado de trabalho assume um caráter de maior relevância, pois, está relacionado com outros aspectos como crescimento populacional, necessidade de absorção de mão-de-obra, migrações e pobreza. No Brasil esta compreensão se torna mais importante por ser um país tão propenso a desequilíbrios econômicos, as vezes determinados pela sua dependência em relação aos países desenvolvidos, outras pela falta de competência de seus governantes e suas políticas governamentais imediatistas, os ajustes que a economia tem que passar para poder crescer recaem, em grande parte, sobre o mercado de trabalho. Com isso os trabalhadores assalariados, que são a maioria de nossa população, são os mais penalizados com estas constantes crises de conjuntura, sofrendo queda de salário real, elevação de desemprego, aumento da miséria e deterioração das condições de trabalho.

BSFEAC

Por toda essa problemática é que se torna importante compreender as principais variáveis e indicadores (taxa de desemprego, Índice de subemprego, taxa de rotatividade da mão-de-obra) e, saber como se comporta em cada período econômico, mostrando as consequências para o mercado de trabalho. Essas variáveis o determinam (mercado de trabalho) e são condicionadas, principalmente, pelo nível e pela flutuação da atividade econômica, tanto no curto prazo, durante o chamado ciclo de conjuntura, quanto no longo prazo, onde os principais fatores condicionantes da evolução das variáveis acima mencionadas são o nível e o ritmo do desenvolvimento econômico do país.

No curto prazo, onde os ciclos de recessão e expansão acontecem com maior rapidez, as variáveis mencionadas refletem esse fenômeno cíclico. Em períodos de recessão há uma queda de salário real, emprego, produtividade. O salário real cai porque há uma tendência à elevação dos preços, com a consequente perda de poder de compra dos salários. O emprego (setor formal) é

afetado pelo fechamento de algumas empresas e pela demissão de alguns trabalhadores para que outras empresas mantenham suas atividades. Em contrapartida, o setor informal tende a aumentar pela incorporação de novos trabalhadores do setor formal, ocasionando a queda da produtividade global da economia. No caso de uma recessão prolongada, a consequência será o aumento dos níveis de pobreza para segmentos de força de trabalho, estejam eles inseridos em trabalhadores formais e informais e uma ampliação de diversos graus de ociosidade da força de trabalho (subemprego, desemprego aberto, etc.). Já em expansão ocorre o oposto.

No longo prazo, o crescimento econômico e as mudanças tecnológicas determinam as principais variáveis do mercado de trabalho. Cresce a produção, a produtividade e os salários, e decrescem os preços.² O emprego cresce pela ampliação das oportunidades de emprego, pelo surgimento de novas ocupações ou pelo aumento de vagas nas empresas existentes. A produtividade sobe pela utilização maior de capital ou de instrumentos de trabalho tecnologicamente mais avançados, por unidade de trabalho. A rotatividade cresce porque, com a ampliação das oportunidades de emprego, os trabalhadores têm maiores chances de mobilidade ocupacional e/ou entre empresas, ou mesmo buscam maior salário na mesma ocupação.

O comportamento do mercado de trabalho é avaliado por uma série de indicadores que funcionam como importantes fatores de orientação no processo de tomada de decisões, com o objetivo de proporcionar melhorias no padrão de vida, nas condições de emprego e trabalho e, principalmente, na harmonização das relações entre capitalistas e trabalhadores. Servem ainda para refletir estados de pobreza ou miséria, além de contribuir para avaliação do nível de absorção de mão-de-obra e de seu grau de subutilização.

² Observar que esta descrição não está abrangendo todo o processo, pois, a própria mudança tecnológica é um instrumento utilizado pelo empregador para frear o crescimento dos salários através da geração de emprego em uma proporção menor do que seria se crescesse a produção sem mudanças tecnológicas.

Os indicadores mencionados funcionam, também, como um meio de análise do momento em que se encontra o país, pois indica em que pontos a economia está falhando e os meios para se conseguir equilibrar o país. Os trabalhadores são as pessoas que mais devem ater-se ao comportamento desses indicadores porque indicam a situação em que se encontram e as perspectivas em relação ao futuro.

Os principais indicadores são:

1. **TAXA DE DESEMPREGO**: reflete os desequilíbrios no mercado de trabalho. É do ponto de vista social o principal indicador da ocorrência de recessão, pois incorpora tanto movimentos da força de trabalho, quanto flutuações no nível das atividades produtivas.

O desemprego constitui um sinal de perda do potencial de produção e de sofrimento humano, que traz no seu bojo, como consequência, a degradação do trabalho. Atualmente, o desemprego incorpora os desempregados estruturais tecnológicos típicos do crescimento e um contingente expressivo de trabalhadores expulsos do processo produtivo em decorrência da crise conjuntural típica do capitalismo, e numa escala nunca antes imaginada.

O desemprego é uma manifestação negativa da tendência de livre funcionamento do mercado de trabalho. E, no Brasil, a partir da crise dos anos 80, a tendência de estruturação desse mercado se viu comprometida. Essa crise constitui uma ruptura do ciclo de crescimento ocorrido no passado, tendo como principais características a estagnação das atividades econômicas, instabilidade monetária e transferência de recursos para o exterior.

As presentes crises de desemprego são caracterizadas por uma mistura de problemas estruturais típicos de uma sociedade ainda pobre, com os problemas conjunturais inerentes a uma sociedade que se desenvolve em moldes capitalistas,

com o agravante da instabilidade política gerada pelo hiato vigente entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social e político do país.

Em virtude disso, presume-se que esse indicador (taxa de desemprego) tenda cada vez mais a elevar-se, pelos problemas já suscitados anteriormente e que assolam a economia brasileira.

2. ÍNDICE DE SUBEMPREGO: trata-se de um indicador do grau de subutilização da mão-de-obra.

O subemprego representa a parcela da população subutilizada em decorrência do padrão de crescimento adotado, o qual exclui inúmeros segmentos da população do desempenho de atividades econômicas produtivas. E para caracterizar a problemática do subemprego temos o mercado informal, que é o melhor exemplo de como o subemprego está crescendo em nosso país. O mercado informal acolhe os indivíduos desempregados, embora não lhes proporcione uma estrutura de trabalho adequada.

A tendência é que esse índice se eleve cada vez mais. No caso de uma recuperação econômica, no curto prazo, os trabalhadores vão sair do subemprego e encontrar emprego no setor formal, onde existem melhores remunerações e condições de trabalho.

3. TAXA DE ROTATIVIDADE DA MÃO DE OBRA: mede o movimento de substituição de trabalhadores demitidos ou que rescindiram seus contratos.

O volume ou a intensidade da rotatividade da mão-de-obra são estabelecidos por fatores que estão ao nível da estrutura social e da conjuntura econômica. Vários fatores influenciam a rotatividade da mão-de-obra: variação cíclica da economia, ou seja, a alternância entre períodos de expansão e de recessão; legislação trabalhista; tecnologia.

Nas sociedades capitalistas, a rotatividade da mão-de-obra tem sido um importante instrumento do processo de acumulação de capital. Em períodos de expansão das atividades econômicas, os detentores dos meios de produção, ao invés de aumentar os salários, utilizam vários mecanismos para impedir a elevação ou mesmo forçar a queda real dos salários, através por exemplo, da adoção de políticas de rebaixamento salarial ou aumento da rotatividade da mão-de-obra.

Em períodos de recessão, a rotatividade da mão-de-obra torna-se um instrumento ainda mais drástico do processo de acumulação de capital, quando, juntamente com o desemprego, torna-se um instrumento político de freio ao processo de organização e reivindicação dos trabalhadores. Ocorre uma diminuição da pressão dos ofertantes de força de trabalho, na medida em que um número cada vez maior deles percebe que o desligamento de uma empresa pode levar a um penoso e longo período de inatividade forçada.

Nos últimos anos, estes índices e indicadores apresentam uma tendência de acompanhamento do ciclo econômico. Eles estão apenas refletindo o momento por que passa a economia brasileira. É com base nestes índices e indicadores que se tentará mostrar o comportamento da economia brasileira e, em especial, a cearense, durante a década de 80, ressaltando a evolução do mercado de trabalho.

Capítulo 2. A ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 80.

Depois de aproximadamente 15 anos de contínuo crescimento do PIB (9,0% em média), facilitado pela abundante disponibilidade de recursos financeiros externos, o Brasil começou a experimentar, no início da década de 80, assim como a maioria dos países latino-americanos, o rigor de uma das maiores crises já registradas. Dado que um dos principais fatores foi a elevação dos juros internacionais e a consequente escassez repentina daqueles recursos financeiros, o país se viu obrigado a adotar medidas rigorosas de ajuste econômico, com a queda no PIB e forte aumento do desemprego.

O vertiginoso crescimento da economia brasileira, com taxas bastante elevadas decorreu no período 1968/1973 e ficou conhecido como o milagre econômico brasileiro. A equipe econômica, do então Ministro da Fazenda Delfim Neto, aproveitou o espaço criado pela administração anterior, que promoveu mudanças na condução da política econômica com impactos positivos em diversas áreas da economia, e estimulou os instrumentos de política econômica disponíveis para estimular abertamente o crescimento econômico.

O novo governo anunciou uma estratégia bastante semelhante à do governo anterior: crescimento econômico através de aumento de investimentos em setores diversificados; aumento da participação do setor privado com a diminuição do setor público; expansão do comércio exterior e aumento da oferta de emprego.

O financiamento desse ambicioso projeto foi feito pelo Eurodólar, causando uma maciça entrada de investimento no país. Todas as metas do governo foram amplamente alcançadas. A taxa média de crescimento do PIB de 1967 a 1973 foi de cerca de 10,2% e de quase 12,5% entre 1971 e 1973. O crescimento do nível de emprego foi de 4,3% no período de 1968/1973, segundo dados das

PNAD's. No período de 1970 a 1973, o aumento real do nível de investimento foi da ordem de 62,9%.

Apesar disso, em 1973 a inflação e o crescimento da dívida externa apresentaram-se como áreas com problemas potencialmente crescentes. E com a crise do petróleo, a partir do final de 1973, que elevou os preços de fonte energética vital, colocavam a economia diante de dilemas que alterariam profundamente o presente e o futuro de milhões de pessoas.

Segundo Carneiro (1992, p.297), dava-se início a um longo período em que se tornaria cada vez mais difícil fazer com que medidas econômicas razoáveis fossem consideradas politicamente aceitáveis. Na política econômica adotada para o período posterior ao milagre (1974-1980) predominavam os condicionantes internos ao invés dos externos. As medidas de política econômica caracterizavam-se pelo financiamento a partir de recursos externos, tendo como prioridade interna um programa de substituição de importações de bens de capital e insumos básicos. Programas de investimentos de longa maturação na área de infra-estrutura foram implementados, tendo como filosofia garantir um crescimento que mantivesse os padrões históricos de formação de capital.

As medidas de política econômica trouxeram uma consequência nociva para a economia brasileira: a dívida externa triplicou entre 1974 e 1980. Após o segundo "choque do petróleo" e, principalmente, o "choque dos juros", ambos em 1979, houve um aprofundamento do desequilíbrio externo. Desta forma, foi nesse período que se originaram os fatos que marcaram a evolução mais recente da economia e que condicionaram a política econômica brasileira nos anos 80.

Em relação ao mercado de trabalho, o período que vai de 1960-1980 caracterizou-se por uma grande ampliação do emprego produtivo do país, principalmente urbano, superando o crescimento da força de trabalho e com predominância de relações de assalariamento (Cacciamali 1988, p.1). A indústria de

transformação teve papel primordial na absorção dos novos ocupados e o setor primário contribuiu de forma insignificante.

Ao se iniciar a década da 80 o desequilíbrio externo era profundo, inviabilizando qualquer estratégia de crescimento, impedindo até mesmo a formulação de políticas de estabilização que permitissem estancar o surto de elevação de preços, que fez a inflação praticamente dobrar entre 1979 e 1980. Esse início de década marca a interrupção de um longo período de crescimento da economia brasileira, queda do produto interno bruto e no produto da maior parte dos grandes setores econômicos.

Ao final de 1980 o governo brasileiro adotou uma política de ajuste voluntário ortodoxa, ainda sem recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), visando conter a demanda interna tomando as atividades exportadoras mais atraentes e reduzindo as importações, com propósito único de gerar saldos exportáveis e transferir renda para o exterior.

Segundo Chahad & Macedo (1988, p.51), "para conter a demanda interna o governo adota políticas econômicas restritivas, tanto na área fiscal como monetária. Na área fiscal corta gastos, inibe o consumo com restrições ao crédito e contrai os salários. Na área monetária eleva juros e contrai o consumo e o investimento privado. No plano externo desvaloriza o câmbio e, adota também práticas protecionistas com vistas à substituição de importações".

A contenção da demanda interna teve como consequência uma forte queda do salário real, elevação do desemprego urbano, proliferação e marginalidade, da violência e da miséria urbana (Chahad & Macedo p.52). A queda do nível da atividade econômica entre 1981 e 1983, implicou, principalmente nas áreas urbanas, em desaceleração do crescimento da demanda de trabalho e do emprego em relação à sua tendência histórica e com maior intensidade em relação

ao desempenho da década passada. O impacto da recessão pode ser inicialmente avaliado pela tabela 1, onde verifica-se que a crise de 1981-1983 redundou no crescimento do desemprego urbano e queda do salário real. De acordo com Chahad & Macedo (p.63), os períodos agudos de recessão prejudicam os trabalhadores em geral, mas as evidências apontam para uma dispensa mais acentuada dos trabalhadores menos qualificados, notadamente nos centros onde existem grandes empresas capitalistas utilizando mão-de-obra qualificada.

TABELA 1: DESEMPREGO NAS SEIS MAIORES ÁREAS METROPOLITANAS E SALÁRIO REAL, 1980 - 1984.
DESEMPREGO ABERTO ^(a)

ANO	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO	BELO HORIZONTE	PORTO ALEGRE	SALVADOR	RECIFE	MÉDIA	Sal. Real Índice ^(b) (1975=100)
1980	5,67	7,53	7,61	4,55	7,09	6,81	-	134,0
1981	7,39	8,34	9,90	5,91	8,68	8,30	-	146,1
1982	5,20	5,60	6,32	4,89	5,57	6,96	5,77	162,9
1983	6,79	6,17	7,51	6,90	5,61	7,93	6,70	123,6
1984	6,80	6,76	7,53	7,74	8,17	8,55	7,12	131,5

Fonte: IBGE E FIESP. Vide Chahad & Macedo 1988, p.63

^(a) Taxas de desemprego comparáveis no período correspondente.

^(b) Refere-se a São Paulo. Deflator ICV/FIPE.

Em relação à estrutura ocupacional, o fato mais marcante a ser destacado é a diminuição da participação dos empregados com carteira de trabalho assinada, simultaneamente com o crescimento dos empregados sem carteira. Este comportamento corresponde a uma mudança qualitativa no mercado de trabalho, refletindo uma deterioração das condições de trabalho (João L.M. Sabóia, Rev. Economia Política, vol.6 nº 3, julho-setembro/1986, p.89).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o contingente mais numeroso da população ocupada é constituído por empregados

com carteira assinada. Em 1979, eles correspondiam a 37,3% da população ocupada, tendo caído para 36,1% em 1982 e 34,3% em 1983. Os empregados sem carteira assinada tiveram sua participação elevada de 25,0% em 1979 para 27,0% em 1982 e 34,3% em 1983. Os trabalhadores por conta própria representavam 21,8% em 1979, 23,3% em 1982 e 22,2% em 1983. Os trabalhadores não remunerados caíram de 12,2% em 1979 para 9,7% em 1983. Também os empregadores reduziram-se de 3,8% em 1976 para 3,1% em 1983.³ (TABELA 2)

**TABELA 2: POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
BRASIL 1979-1983 (%)**

Posição na ocupação	1979	1981	1982	1983
Empregados com C.A. ⁽¹⁾	37,3	37,3	36,1	34,3
Empregados sem C.A.	25,0	26,9	27,0	30,7
Trabalhadores por C.P. ⁽²⁾	21,8	22,7	23,3	22,2
Trabalhadores N.R. ⁽³⁾	12,1	9,9	10,3	9,7
Empregadores	3,8	3,2	3,3	3,1

Fonte: PNAD/IBGE, Vide Sabóia 1986, p.90

(1) Carteira assinada; (2) Conta própria; (3) Não-remunerados

³ **Trabalhadores por conta própria:** pessoa que explora sua própria empresa econômica ou exerce uma profissão ou ofício, não tendo empregados;

Empregador: pessoa que dirige sua própria empresa econômica ou exerce uma profissão ou ofício com o auxílio de um ou mais empregados;

Não remunerado: pessoa que trabalha normalmente 15 horas ou mais por semana, sem remuneração, em ajuda a membro-da unidade domiciliar que tem uma atividade econômica ou a instituição beneficente religiosa ou de cooperativismo ou, ainda, como aprendiz, estagiário, etc.

O ajuste no nível de emprego durante a recessão deu-se, basicamente, através de uma queda nas novas admissões em vez de uma elevação nos desligamentos (Sabóia 1986, p.101). Entre 1980 e 1981 houve uma diminuição de mais de 800 mil admissões. Em 1983, as admissões reduziram-se a quase 1 milhão e 400 mil, ao mesmo tempo que os desligamentos diminuíram em cerca de 400 mil. Uma das consequências da recessão foi a queda na rotação da mão-de-obra. A taxa global de vínculos (rotatividade) baixou de 1,55 em 1980 para 1,51 em 1981, 1,50 em 1982 e 1,44 em 1983⁴ (Tabela 3)

TABELA 3: ADMISSÕES, DESLIGAMENTOS, EMPREGOS, VÍNCULOS, TAXAS DE ROTATIVIDADE E TEMPO MÉDIO NO EMPREGO - BRASIL 1980-1983

	1980	1981	1982	1983
ADMISSÕES	9.613.259	8.774.599	9.238.207	7.850.728
DESLIGAMENTOS	8.624.299	8.648.570	8.416.777	8.040.218
EMPREGOS	17.086.650	17.215.283	17.958.684	17.766.009
VÍNCULOS	25.710.949	25.864.853	26.375.461	25.806.277
TAXA DE ADMISSÃO	0.58	0.51	0.53	0.44
TAXA DE DESLIGAMENTO	0.52	0.50	0.48	0.45
TAXA DE VÍNCULO	1.55	1.51	1.50	1.44
TEMPO MÉDIO DOS DESLIGADOS(MESES)	17	19	20	23
TEMPO MÉDIO DOS EMPREGADOS(ANOS)	4.60	4.80	4.80	5.00

FONTE: RAIS. VIDE SABÓIA 1986, P.103

Segundo Sabóia (1986, p.101), a explicação para a queda da rotatividade durante a crise pode ser buscada tanto no comportamento dos empregados quanto

⁴ A taxa de vínculos é definida pelo quociente entre o número total de vínculos ocorridos em cada ano e o emprego médio, onde este último é calculado pela média entre o emprego em 1.º de janeiro e 31 de dezembro do respectivo ano. Ela pode ser utilizada como taxa de rotatividade, mostrando o "excedente" de empregados relativamente ao emprego médio do ano. Quanto mais próxima da unidade, menor é a rotatividade. A rotatividade pode ainda ser medida pelo menor valor entre a taxa de admissão e de desligamento, onde a primeira é obtida pela relação entre as admissões e o emprego médio, e a segunda pela relação entre os desligamentos e o emprego médio.

dos empregadores. No caso dos primeiros, não há dúvida de que procuram permanecer no emprego, na medida em que novas oportunidades de trabalho são escassas. Quanto aos empregadores - que se constituem nos principais responsáveis pela rotatividade -, ao reduzirem o fluxo de novas admissões terminam criando condições para uma diminuição do processo de rotatividade da mão-de-obra.

A crise econômica do início da década de 80 serviu para mostrar que o mercado de trabalho apresentou uma elevada capacidade de absorção de mão-de-obra, através do mercado informal. Os principais indícios de crescimento do setor informal podem ser encontrados tanto na diminuição da porcentagem de empregados com carteira de trabalho assinada, quanto no crescimento da participação de trabalhadores autônomos na população ocupada. E a indústria foi o setor que sofreu os maiores impactos da crise.

O ano de 1982 foi marcado pelo aprofundamento dos desequilíbrios internos e externos, que fez com que o país encontrasse dificuldades para financiar seus déficits em conta corrente, culminando com a submissão do país às regras do FMI no final do ano, que fornecia as diretrizes básicas para o programa de ajustamento a ser seguido. Segundo Cacciamali (1988, p.313), o programa tinha os seguintes objetivos gerais: no curto prazo a redução dos desequilíbrios externos e internos e, no médio prazo, geração de mudanças na estrutura produtiva compatível com o crescimento econômico.

O conjunto de medidas do programa teve um profundo impacto recessivo na economia brasileira entre 1983 e o primeiro semestre de 1984, que conteve os desequilíbrios externos com a elevação do superávit comercial para US\$ 6,5 bilhões (Chahad e Macedo p.51). Ao final de 1983 a economia do país apresentava forte capacidade ociosa e, em virtude dos programas de ajustamento, a estrutura industrial tinha-se alterado em favor dos bens de exportação, particularmente, metalurgia, mecânica e papelão. A recuperação da economia

mundial impulsionou o crescimento desses setores, que por sua vez foram a causa principal da saída da economia brasileira da recessão a partir do segundo semestre de 1984.

Em 1984 e 1985 os níveis de ocupação total e urbana voltaram a crescer a taxas elevadas superando o crescimento das respectivas PEA'S (População Economicamente Ativa), reequilibrando a oferta de trabalho e ocupação. Em 1984, início da recuperação do produto industrial, o emprego expandiu-se a 7,7% movido pela absorção da força de trabalho do setor primário, pela aceleração do crescimento do emprego no setor terciário (5,4%) e pela recuperação do emprego industrial (4,7%). Em 1985, o crescimento do nível total de emprego foi de 6%, com a aceleração nas taxas de crescimento do emprego urbano e o retorno da importância do setor industrial na geração de empregos.

A composição relativa da estrutura da produção e emprego se alteram no período de 1980-1985. Houve queda participação relativa do setor industrial no produto total em favor dos setores primário e terciário, tendência que ocorreu com maior intensidade até 1983, observando-se recuperação entre 1983-1985. No caso da estrutura do emprego, o setor primário continuou perdendo parcela relativa e o setor urbano, que absorveu este declínio, foi o terciário ao invés do secundário. (Tabelas 4 e 5).

TABELA 4: PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES ECONÔMICOS NO PRODUTO (PREÇOS CONSTANTES DE 1980) - BRASIL (1980 - 1985).

(EM %)

SETOR	1980	1983	1985
PRIMÁRIO	9,99	11,11	10,90
SECUNDÁRIO	38,11	33,91	34,29
TERCIÁRIO	51,90	54,98	54,81

FONTE: Dados Brutos: FGV- Conjuntura econômica (maio, 1987)
Vide Cacclamali 1988, p. 317

TABELA 5: COMPOSIÇÃO DO EMPREGO POR SETORES ECONÔMICOS
BRASIL (1980-1985)

(EM %)

SETOR	1980	1983	1985
PRIMÁRIO	29,93	28,14	28,53
SECUNDÁRIO	24,38	22,39	22,13
TERCIÁRIO	45,69	49,47	49,33

FONTES: Dados Brutos: FIBGE - Censo Demográfico e PNAD's (diversos anos)
Vide Cacclamali 1988, p.318

O ano de 1986 marcou uma ruptura do padrão de condução da política econômica, inaugurando uma sucessão de tentativas de estabilização através dos chamados "choques heterodoxos". A adoção do Plano Cruzado viabilizou a continuidade do aquecimento econômico em 1986, novamente tendo como sustentação o dinamismo do mercado interno. "O plano de combate à inflação, que adotou uma nova unidade monetária - o Cruzado, em lugar do Cruzeiro - tinha como principal objetivo eliminar os mecanismos de indexação (salarial, cambial e financeira) e sepultar as expectativas de inflação futura, procurando cortar a inflação inercial e implementar um programa de estabilização".(Chahad & Macedo 1988, p.53).

Nos primeiros meses do plano Cruzado o saldo comercial continuou nos níveis elevados dos anos anteriores. Por um lado, com a queda abrupta da inflação a economia se remonetizou rapidamente. "Como consequência, a demanda privada por consumo e por investimentos cresceu, mormente pelas expectativas positivas que se instalaram face à demanda em expansão"(Chahad & Macedo 1988, p.53). O aquecimento da economia trouxe um certo alívio, diminuindo sensivelmente o contingente de desempregados e a capacidade ociosa acumulados

nos anos anteriores, mas foram insuficientes para a configuração de um novo período de crescimento sustentado. (Tabela 6)

TABELA 6: EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES ECONÔMICOS APÓS O PLANO CRUZADO, 1986 - 1987

ANO	IPC (MAR/86=100)	Sal. Real ¹ 1975=100	DESEMPREGO ²
1986			
MARÇO	100,0	214,10	4,39
JULHO	104,72	210,50	3,60
DEZEMBRO	122,29	204,20	2,16
1987			
MARÇO	186,21	206,90	3,28
JULHO	360,51	176,80	4,47
DEZEMBRO	569,82	181,70	2,90

FONTE: FIBGE E FIESP. Vide Chahad e Macedo 1988, p. 54

¹ FIESP: Indústria de Transformação. Deflator: ICV/FIPE

² 6 Regiões Metropolitanas

O excesso de demanda e a conseqüente inflação, a taxas mais elevadas, trouxeram consigo o refluxo da atividade econômica do início de 1987, agravado pela deterioração dos salários reais, fazendo com que em meados do ano se procedesse a uma segunda tentativa de estabilização, através do Plano Bresser. Buscava-se uma política ortodoxa de ajuste da demanda, com a conseqüente retomada da geração de mega-superávits da balança comercial, combinada a uma política de rendas que resultou na corrosão dos salários reais. O resultado foi a consolidação do processo recessivo e a retomada de elevados patamares de inflação.

O fracasso deste plano levou à opção por uma política de corte gradualista ortodoxo ("arroz com feijão") implementada ao longo de todo ano de 1988, que se resumiu a uma tentativa de convivência pacífica com uma inflação elevada, tendo como principal sustentáculo numa "torcida" para que ela não se acelerasse. O resultado foi, de um lado a ampliação do grau de fragilidade financeira do setor público e, de outro, aprofundamento do movimento de esterilização do potencial produtivo da economia brasileira, como revela a queda de 0,3% do PIB, contabilizando-se mais um ano "perdido" na década.

Em janeiro de 1989, a economia brasileira se viu no limiar de um processo hiperinflacionário, surgindo então o Plano Verão. Com a queda das taxas de juros em maio de 89, o setor industrial buscou uma recomposição e a elevação de estoques, o que impactou positivamente o nível de atividade. A reindexação da economia, em meados do ano, proporcionou um novo alento à atividade produtiva. Além disso, a adoção de uma nova política salarial num contexto de forte aquecimento do mercado de trabalho, fez com que os salários reais, que haviam se deteriorado bastante ao longo do primeiro semestre, passassem a registrar sucessivas elevações.

Após 1986, a taxa de desemprego cresceu novamente e permaneceu entre 3,5% e 4,0% durante todo o final dos anos 80. Em 1989, os salários eram cerca de 12% menores do que em 1981. A queda salarial durante a década de 80, devido ao crescimento mais acentuado da força de trabalho relativamente ao produto, pode ser decomposta em dois componentes: por um lado, houve uma queda generalizada dos salários em todos os setores; por outro lado, houve, também, um inchamento daqueles setores mais intensivos em mão-de-obra que tradicionalmente, pagam salários mais baixos (Amadeo 1994, p.08).

A economia brasileira encerra a década de 80, para muito considerada a "década perdida", com sinais evidentes de agravamento de seus problemas estruturais. Duas palavras dão a síntese deste período: crise e estagnação.

3. O MERCADO DE TRABALHO CEARENSE NA DÉCADA DE 80

A década de 80, para a economia brasileira, foi caracterizada por uma crise estagflacionária que comprometeu o seu funcionamento durante este período. Os mecanismos utilizados pela política econômica para conter a inflação e o déficit do balanço de pagamentos do país impuseram um caráter recessivo à atividade econômica e promoveram a elevação progressiva da taxa de desemprego.

A economia cearense, se comparada com a economia brasileira, caracterizou-se durante a década de 80, pelo crescimento na sua participação, em termos de Produto Interno Bruto (PIB). A taxa média de crescimento real do PIB do Ceará, de 1980 a 1990, foi de 4,04% enquanto que a brasileira foi de 1,21%.

Porém, o crescimento da economia cearense está atrelado ao da economia brasileira, particularmente, da economia da região Sudeste, por ser ela quem determina a dinâmica da economia brasileira, em geral. A economia cearense é periférica no contexto nacional, por isso esta dependência. A Tabela 1 indica este fato, em especial o período 1985 - 1990 quando a queda de crescimento da economia brasileira corresponde a uma redução da economia cearense.

O comportamento da economia estadual nos anos de 1979/80/81 se reflete numa crise climática com a destruição, quase que total, das atividades agrícolas. Esse fato fez com que houvesse uma intensa migração rural - urbana, que redundou num aumento da força de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). O processo de urbanização se intensifica em decorrência do aumento significativo do êxodo rural.

**TABELA 1: BRASIL E CEARÁ. TAXA MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO
REAL DO PIB (%)**

TAXAS DE CRESCIMENTO		
PERÍODOS	CEARÁ	BRASIL
1980 - 1985	4,52	1,23
1985 - 1990	3,55	1,18
1980 - 1990	4,04	1,21

FONTES: Para o Ceará: SUDENE/DPG/PSE/Grupo de Contas Regionais;
Para o Brasil: FGV - Conjuntura econômica/ Julho de 1991.
Vide Ferreira p.02

Segundo informações da pesquisa sobre a Oferta de Mão-de-obra, de 1979, realizada pelo SINE/CE, a taxa de desemprego da economia cearense no ano de 1979 atingiu 7,2%. Com referência à RMF, o desemprego foi mais visível, com uma taxa de 9,2%. Restringindo estes percentuais aos setores urbanos do Estado e da RMF, a problemática do desemprego torna-se mais grave. Tal fato pode ser atribuído aos constantes fluxos migratórios que se acumulam nas periferias urbanas. (Sine,1981)

Em virtude do aumento do êxodo rural e o não crescimento correspondente do nível de industrialização e dos serviços de estrutura urbana, surge e se amplia o chamado setor informal. O índice de subemprego em 1979 atingiu 35,8% da PEA (Tabela 2)

TABELA 2: TAXAS DE SUBEMPREGO - 1979

SETOR	REGIÃO	
	ESTADO	RMF
URBANO	35,3	24,3
RURAL	36,4	20,0
TOTAL	35,8	23,5

FONTE: Pesquisa Direta. Vide Sine 1981, Tabela XII

O ano de 1983 foi o de maior crise pela qual o país vinha passando. A queda da ordem e 3,9% do PIB, acompanhada por uma elevação nos índices de desemprego e inflação, retrata o aprofundamento das dificuldades. No Ceará, a crise caracteriza-se pela sua generalidade, atingindo indistintamente os diversos setores de sua economia. Tanto a indústria como o comércio, serviços, e a agricultura continuam sendo duramente atingidos pela crise e, em particular, a agricultura que vem sendo castigada por cinco anos consecutivos de seca. Todos estes fatores se refletem, com maior intensidade, no mercado urbano de trabalho.

De acordo com os dados do Sine/1983, o índice de emprego deste ano, mostra que, pelo menos até setembro, manteve-se estável, agravando-se a partir de outubro, quando a taxa de emprego para indústria de transformação cai de 101,68 para 99,67 em outubro. Para a construção civil, o comportamento é idêntico, o índice de emprego cai de 110,52 para 108,19 nos mesmos meses. As taxas de rotatividade para os diferentes setores da economia mostram, também, a partir de setembro, uma tendência declinante, o que reflete um recrudescimento na queda do emprego (Tabelas 3 e 4). Estes fatos demonstram que nos citados meses, a recessão causou impactos mais profundos sobre a economia cearense. A queda do

índice de emprego, acompanhada por igual tendência nas taxas de rotatividade, permite concluir que o número de vagas criadas pela dispensa de trabalhadores não está sendo preenchido, isto é, as demissões estão superando as admissões.

TABELA 3: TAXA DE EMPREGO NA RMF¹ - 1983

MESES	SUBSETOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA				
	IND. TRANSF.	C. CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	TOTAL
JANEIRO	107,82	88,33	111,86	135,29	116,41
FEVEREIRO	107,99	84,18	110,06	135,89	115,82
JULHO	107,54	73,42	107,48	136,82	114,01
AGOSTO	104,44	75,09	106,64	137,22	113,23
SETEMBRO	101,68	76,13	106,42	137,17	112,29
OUTUBRO	99,67	71,11	106,22	136,59	110,52
NOVEMBRO	94,63	66,93	109,17	136,54	108,19
DEZEMBRO ²	104,80	82,13	94,48	140,30	94,52

FONTE: LEI 4923/65 CAMT DA SE/SES/MTB. Vide Sine 1983, p.24

¹Base fevereiro /77

² Estimativa

TABELA 4: TAXA DE ROTATIVIDADE NA RMF - 1983

MESES	SUBSETOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA				
	IND. TRANSF.	C. CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	TOTAL
JANEIRO	4,4	12,2	3,4	1,5	3,8
FEVEREIRO	4,2	8,1	3,0	1,6	3,6
JULHO	2,8	12,6	2,8	1,5	3,2
AGOSTO	3,1	10,2	3,0	1,7	3,5
SETEMBRO	2,5	12,8	3,2	1,7	3,3
OUTUBRO	2,4	8,6	3,6	1,9	3,0
NOVEMBRO	1,7	7,4	3,0	1,9	3,0
DEZEMBRO ¹	2,8	9,1	3,2	1,5	3,4

FONTE: LEI 4923/65 CAMT DA SE/SES/MTB. Vide Sine 1983, p.25

¹ Estimativa

Os anos de 1984 e 1985, representaram a saída do Brasil do ciclo recessivo (1981 - 1983). O Ceará, por ter uma economia periférica, atrasou-se na saída da depressão. Com um setor industrial bastante pequeno, impossibilitando-o de ter um peso significativo na retomada da acumulação a nível estadual, um setor terciário inchado e uma agricultura deficiente, sofre efeitos cíclicos de forma retardada.

Com isso, o desemprego e o subemprego apresentam-se em patamares muito elevados. O desemprego aberto apresentava-se em setembro/84 em 13,89%, enquanto que em setembro/85, estava em 12,81%. Apesar da recuperação econômica, houve apenas uma queda de 1,08% no desemprego aberto. A taxa de subemprego apresentava-se em 33,91% e 38,44% nos

respectivos períodos. Houve um crescimento de mais de 10% em relação ao período anterior (Tabela 5). Isto indica o pouco desenvolvimento das forças produtivas da economia local, que determina o pequeno dinamismo da economia em responder positivamente às pressões existentes no mercado de trabalho. O aumento do subemprego e, também, do setor informal, indica outro fato: que o êxodo rural causado pela seca continua jogando pessoas não qualificadas no mercado de trabalho, que não encontram ocupação no setor formal e, tendo como única solução, aumentar o exército de trabalhadores subempregados.

TABELA 5: COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE DESEMPREGO, SUBEMPREGO E SETOR INFORMAL - FORTALEZA 1984 - 1985

TAXAS	Março	Março	Junho	Junho	Setembro	Setembro
	1984	1985	1984	1985	1984	1985
1. Desemprego Aberto	15,82	18,82	14,84	16,94	13,89	12,81
1.1 Cessante	9,63	12,91	9,17	10,50	5,12	8,69
1.2 Não cessante	6,19	5,91	5,67	6,44	8,77	4,12
2. Subemprego	30,67	36,71	34,23	38,86	33,91	38,44
2.1 Visível	15,27	16,75	14,42	13,60	15,54	14,05
2.2 Invisível	21,44	27,82	27,85	33,37	25,28	31,27
2.3 Pleno	6,04	7,86	8,04	8,11	6,91	6,88
3. Setor Informal	43,91	46,72	41,17	45,75	46,90	45,03

FONTE: Pesquisa direta. Vide Sine 1984, p.09 e 1985, p.17

Os anos de 1986 e 1987 foram marcados pelos planos econômicos de estabilização. Em 1986 foi lançado o Plano Cruzado, que de início trouxe uma grande explosão de consumo, que elevou a inflação. Em 1987 temos o Plano Bresser que ocasionou a estagnação das taxas de crescimento do PIB e uma inflação recorde na história do país, de 365,96%. Estes fatos revelam duas características que permearam a economia brasileira: crise e incerteza.

Em 1986, com o lançamento do Plano Cruzado, a explosão do consumo aumentou a oferta de empregos e, conseqüentemente, causou a queda do desemprego. Em 1987 houve a retração da atividade econômica. A economia cearense seguiu estas características. Ao longo de 1987, ocorreu um período nada favorável ao mercado de trabalho, com uma taxa média de desemprego aberto, em Fortaleza, de 11,30%.

De acordo com a Tabela 6, o desemprego aberto passou de 9,81% em dezembro/85 para 9,20% em dezembro/86 e 10,32% em dezembro/87. Houve uma pequena recuperação em 1986 e uma queda em 1987, consequência da retração econômica. O subemprego total passou de 40,34% em dezembro/85 para 37,91% em dezembro/86 e 32,92% em dezembro/87, ocorrendo um decréscimo do subemprego.

A taxa de rotatividade do Ceará seguiu as mesmas características da taxa do Brasil. Quando a do Brasil cresceu a do Ceará acompanhou-a e vice-versa, mas não nas mesmas proporções. A queda de rotatividade durante o ano de 1987, no Ceará, caracteriza uma maior dispensa em relação as admissões em virtude da retração da atividade econômica durante este ano, causando uma destruição de postos de trabalho. (Tabela 7)

**TABELA 6: COMPORTAMENTO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO
MERCADO DE TRABALHO. FORTALEZA 1985-1987.**

INDICADOR	DEZ/85	DEZ/86	DEZ/87
	ESTIMATIVA	ESTIMATIVA	ESTIMATIVA
PEA ¹	36,55	39,85	38,48
DESEMPREGO ABERTO	9,81	9,20	10,32
SUBEMPREGO TOTAL	40,34	37,91	32,92
SETOR INFORMAL	43,72	47,64	44,12

FONTE: Pesquisa Direta. Vide Sine 1987, p.15

¹ População Economicamente Ativa

TABELA 7: TAXA DE ROTATIVIDADE BRASIL - CEARÁ (1987)

MESES	BRASIL	CEARÁ
JANEIRO	4,17	3,70
FEVEREIRO	4,16	3,52
MARÇO	3,97	2,88
ABRIL	4,40	2,87
MAIO	4,08	3,03
JUNHO	3,64	2,89
JULHO	3,33	2,86
AGOSTO	3,64	3,06
SETEMBRO	3,63	3,52
OUTUBRO	3,45	2,71
NOVEMBRO	3,49	2,87
DEZEMBRO	2,69	2,27

FONTE: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Lei 4923/65. Vide Sine 1987, pgs. 25 e 26

O ano de 1988 registrou um dos piores resultados da presente década para a economia brasileira. A taxa de crescimento do PIB resumiu a 0,04% (Gazeta Mercantil - 30/12/88), sendo a mais baixa desde 1983. A produção industrial sofreu uma queda de 2,23%, sendo a indústria de transformação e da construção civil as maiores responsáveis por este resultado do PIB brasileiro. A inflação, ao final de 1988, chega a cerca de 1.000%.

Em 1989, a inflação disparou para 1.764,87%. No acumulado da década, a inflação alcançou a impressionante taxa de 39.043,555% (Sine 1989, p.14). A gravidade da crise inflacionária do Brasil, que tem raízes estruturais, com a convivência com uma hiperinflação indexada, na opinião de Bresser Pereira, desmantelam a economia e a sociedade.

No tocante ao nível de emprego do Estado do Ceará e no Município de Fortaleza, observam-se decréscimos de 19,24 e 14,24%, respectivamente, ao se compararem os resultados obtidos em 1989 com aqueles atinentes ao ano de 1988. A crise se revelou como um momento oportuno da força de trabalho procurar o mercado informal. A ocupação no setor informal passou de 44,12% em dezembro/87 para 49,42% em dezembro/88 e 49,0% em dezembro/89. O desemprego aberto era de 10,32% em dezembro/87, diminuiu para 8,77% em dezembro/88 e 8,05% em dezembro/89. A taxa de rotatividade que era de 2,27% em dezembro/87, passou para 2,52% em novembro/88 e 1,88% em dezembro/89 (Tabelas 6,7 e 8).

O comportamento do emprego na economia cearense apresenta uma contradição: o crescimento das atividades informais convivendo com outra realidade simultaneamente, que é o peso das grandes empresas que contribuem com 70,0% do emprego total. Isto vem demonstrar as especificidades de um mercado de trabalho complexo, diversificado e heterogêneo, imbricado na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo e, portanto, aos movimentos cíclicos da conjuntura econômica (Sine 1989, p.13).

**Tabela 8 : EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DO MERCADO DE
TRABALHO. FORTALEZA 1988 - 1989.**

INDICADOR	DEZ/88	DEZ/89
PARTICIPAÇÃO ¹	46,22	47,37
OCUPAÇÃO INFORMAL	49,42	49,00
DESEMPREGO ABERTO	8,77	8,05
TAXA DE ROTATIVIDADE ²	2,52 ³	1,88

FONTE: Pesquisa Direta. Vide Sine 1989, pgs.25 e 43

¹ A taxa de participação é definida através da relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa

² A taxa de rotatividade é a do Estado do Ceará

³ Equivale a taxa de novembro de 1988.

Ou seja, apesar do crescimento do setor informal, sua participação em relação ao emprego total ainda é muito pequena se comparada, relativamente, com o peso das grandes empresas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise econômica que se abateu sobre a economia brasileira durante a década de 80, teve profundos impactos sobre toda a economia: aumento da inflação; diminuição do salário real; aumento do desemprego e do subemprego.

No caso do Ceará, os indicadores do mercado de trabalho retrataram fielmente o que aconteceu nesta década. A variação do desemprego, do subemprego e da rotatividade da mão-de-obra foram resultado das variações cíclicas da economia. Em expansão, diminuíam o desemprego, o subemprego e subia a rotatividade da mão-de-obra. Em recessão acontecia o inverso.

O que aconteceu de principal no mercado de trabalho cearense, foi o crescimento do mercado informal de trabalho, que tornou-se uma espécie de escoadouro de mão-de-obra, em resposta às inconstâncias da economia e às secas periódicas.

A conclusão que se chega, é que a crise econômica trouxe consigo uma nova dinâmica para o mercado de trabalho cearense. Juntando-se ao êxodo rural, fizeram com que mão-de-obra encontra-se trabalho, apesar das péssimas condições estruturais do setor informal. Esta força de trabalho, sem ocupação no setor formal devido à retração da atividade econômica, encontravam meios de sustentação.

Os trabalhadores já empregados, com medo da escassez de empregos, não procuravam novas opções de trabalho, diminuindo a rotatividade da mão-de-obra e a demanda por empregos. Com isso, a solução foi a absorção da força de trabalho, expulsa pela crise e que não tinha qualificações para o trabalho no setor formal, pelo mercado de trabalho informal.

BIBLIOGRAFIA

AMADEO, Edward et alli. A Natureza e o Funcionamento do Mercado de Trabalho Brasileiro desde 1980. *Texto para Discussão nº 353*. Rio de Janeiro, IPEA, 1994.

CACCIAMALI, M.C. Estrutura do Emprego Regional 1979-1985: Maior Tendência do Assalariamento. *Texto para Discussão Interna*. São Paulo, IPE-USP, nº 26/88, 1988.

CACCIAMALI, M.C. Emprego e Crise no Brasil, in ROCCA, C.A. et alli (orgs.). *Brasil 1980: Os Desafios da Crise Econômica*. São Paulo, IPE-USP, 1988, p.307-347

CARNEIRO, D.D. Crise e Esperança: 1974-1980, in ABREU, M.P. (org.). *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro, CAMPUS, 1992

CHAHAD, J.P.Z. *Mercado de Trabalho no Brasil : Aspectos Teóricos e Evidências Empíricas*. São Paulo, IPE-USP, 1986.

CHAHAD, J.P.Z. Mercado de Trabalho: Conceitos, Definições e Funcionamento, in MONTORO FILHO, A.F. et alli. *Manual de Economia*. São Paulo, SARAIVA, 1988.

CHAHAD, J.P.Z. & MACEDO, R. Ajuste Econômico e Impacto Social no Brasil: 1980-1987. Os Efeitos sobre a População Infantil, in CHAHAD, J.P.Z. & CERVINI, R.(orgs.). *Crise e Infância no Brasil. O Impacto das Políticas de Ajustamento Econômico*. São Paulo, IPE-USP, 1988.

FERREIRA, A. O Crescimento Recente da Economia Cearense. *Texto para Discussão nº 120*. Caen, UFC/CE, 1993 (Série Texto para Discussão).

MACEDO, B.G. Dinâmica do Mercado de Trabalho em 1989, in OLIVEIRA, F.A. & JÚNIOR, G.B. (orgs.). *A Política Econômica no Limiar da Hiperinflação*. São Paulo, HUCITEC, 1990.

SABÓIA, J.L.M. Transformações no Mercado de Trabalho no Brasil durante a Crise 1980-83. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v.6, nº23, jul./set. 1986.

SINE. *Resenha do Mercado de Trabalho*. Ceará, 1981-1989.

SUDENE. *Rotatividade da Mão-de-obra na Região Metropolitana de Recife*. Recife, SUDENE, 1987 (Série População e Emprego nº21).